



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS



FERNANDA MARIA DIAS

**VIVÊNCIAS FEMININAS NA AGRICULTURA FAMILIAR EM BARRA LONGA E
MARIANA-MG: PRODUZINDO PARA ALÉM DA SUBSISTÊNCIA**

MARIANA

2025

FERNANDA MARIA DIAS

**VIVÊNCIAS FEMININAS NA AGRICULTURA FAMILIAR EM BARRA LONGA E
MARIANA-MG: PRODUZINDO PARA ALÉM DA SUBSISTÊNCIA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado à Universidade Federal de Ouro Preto como
requisito para obtenção do título de Bacharel em
Administração

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Maria Felício Macedo Boava

MARIANA

2025

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

D541v Dias, Fernanda Maria.

Vivências femininas na agricultura familiar em Barra Longa e Mariana MG produzindo para além da substância. [manuscrito] / Fernanda Maria Dias. - 2025.

5353 f.: il.: color., tab..

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Maria Felício Macedo.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Administração .

1. Agricultura familiar - Barra Longa (MG). 2. Divisão do trabalho por sexo - Barra Longa (MG). 3. Mulheres - Aspectos sociológicos - Barra Longa (MG). 4. Mulheres - Trabalho - Barra Longa (MG). I. Macedo, Fernanda Maria Felício. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 364.65-055.2(815.1)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Fernanda Maria Dias

Vivências femininas na agricultura familiar em Barra Longa e Mariana - MG: produzindo para além da subsistência

Monografia apresentada ao Curso de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração

Aprovada em 18 de agosto de 2025.

Membros da banca

Dra. Fernanda Maria Felício Macedo Boava - Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto
Dra. Carolina Machado Saraiva - Universidade Federal de Ouro Preto
Dra. Deborah Kelly Nascimento Pessoa - Universidade Federal de Ouro Preto)

Fernanda Maria Felício Macedo Boava, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 29/08/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Maria Felício Macedo Boava, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 01/09/2025, às 17:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0970890** e o código CRC **3181CF7E**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me guiar, fortalecer e iluminar em cada passo desta caminhada acadêmica.

À minha família, pela compreensão, incentivo e amor, que foram o meu alicerce em momentos de incerteza e cansaço.

À minha orientadora Fernanda Maria Felício Macedo Boava, pela paciência, dedicação e apoio constante, contribuindo com seu conhecimento para que este trabalho alcançasse seus objetivos.

À Universidade Federal de Ouro Preto e a todos os professores que fizeram parte da minha formação.

Às mulheres agricultoras de Barra Longa e Mariana-MG, que gentilmente compartilharam suas histórias, lutas e conquistas, permitindo que este estudo desse voz e visibilidade às suas realidades.

Aos amigos e colegas que estiveram presentes com palavras de encorajamento, gestos de apoio e momentos de partilha, tornando esta trajetória mais leve e significativa. A todos que, de alguma forma, contribuíram para a concretização deste trabalho, deixo aqui minha sincera gratidão.

Dedico este trabalho a todas as mulheres que, no silêncio dos campos e através da força de suas mãos, constroem histórias de resistência e esperança na agricultura familiar.

RESUMO

O presente trabalho busca investigar as vivências femininas na agricultura familiar nos municípios de Barra Longa e Mariana, em Minas Gerais, analisando o papel desempenhado pelas mulheres para além da subsistência. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, foi conduzida por meio de entrevistas semiestruturadas com 20 agricultoras identificadas pelo emprego da técnica de bola de neve. O conteúdo das entrevistas, por sua vez, foi analisado segundo a metodologia de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Os resultados evidenciam a sobrecarga de trabalho e a desigualdade de gênero, refletidas na invisibilidade das contribuições femininas, no que diz respeito ao acesso restrito a políticas públicas, crédito e canais de comercialização, bem como, na migração dos jovens e no desinteresse dos mesmos pelas atividades rurais. Apesar das dificuldades, observam-se estratégias de resistência baseadas no trabalho coletivo, na valorização de práticas agroecológicas e no compartilhamento de experiências, fortalecendo a autonomia e a identidade dessas mulheres. Conclui-se que o reconhecimento do protagonismo feminino na agricultura familiar é um caminho promissor para a construção de políticas públicas cada vez mais efetivas, que ocasionem o fortalecimento de um modelo rural sustentável e capaz de reter jovens na área rural.

Palavras-chave: Gênero, Divisão sexual do trabalho, Agricultura familiar, Protagonismo feminino.

ABSTRACT

This study investigates the experiences of women in family farming in the municipalities of Barra Longa and Mariana, Minas Gerais, analyzing their role beyond subsistence agriculture. This qualitative, descriptive research was carried out through semi-structured interviews with 20 women farmers, identified using the snowball sampling technique. The interviews were examined using Bardin's (2011) content analysis methodology. The findings reveal work overload and gender inequality, expressed in the invisibility of women's contributions, restricted access to public policies, credit, and marketing channels, as well as youth migration and the low interest of younger generations in rural activities. Despite these challenges, resistance strategies emerge, including collective work, the promotion of agroecological practices, and the exchange of experiences, which strengthen these women's autonomy and identity. The study concludes that recognizing women's protagonism in family farming is a promising path toward building increasingly effective public policies that foster the strengthening of a sustainable rural model capable of retaining young people in rural areas.

Keywords: Gender, Sexual division of labor, Family farming, Female protagonism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1. Composição do roteiro para entrevistas semiestruturadas com as mulheres agricultoras.....	18
Quadro 2. Unidade de Registro 1: Acúmulo de funções e sobrecarga de trabalho da mulher agricultora.....	23
Quadro 3. Unidade de registro 2: Desigualdade de gênero e falta de valorização do trabalho feminino.	24
Quadro 4. Unidade de registro 3: Dificuldade de acesso a políticas públicas e crédito agrícola	25
Quadro 5. Unidade de registro 4: Ausência da realização de feiras e canais de comercialização local.....	25
Quadro 6. Unidade de registro 5: Trabalho coletivo e papel da família na agricultura..	26
Quadro 7. Unidade de registro 6: A produção agrícola como meio de subsistência e geração de renda complementar	27
Quadro 8. Unidade de registro 7: Migração dos jovens e desinteresse pelas atividades rurais.....	28
Quadro 9. Unidade de registro 8: Valorização da alimentação saudável e práticas sustentáveis de cultivo	28
Quadro 10. Unidade de registro 9: Importância do compartilhamento de experiências como forma de resistência e mobilização	29
Figura 1. Identificação dos sujeitos de pesquisa.....	19
Figura 2. Interações e desafios na vivência feminina na agricultura familiar praticada em Mariana e Barra Longa -MG	30

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2. REFERENCIAL TEÓRICO	100
2.1 ORIGENS E CONCEITUAÇÃO DE GÊNERO.....	10
2.2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO.....	12
2.3 AGRICULTURA FAMILAR – ORIGENS E CONCEITOS.....	14
2.4 A MULHER NA PRÁTICA DA AGRICULTURA FAMILIAR	15
3. METODOLOGIA	17
3.1 DELINEAMENTO.....	17
3.2 COLETA DE DADOS	20
3.3 PROCESSO DE ANÁLISE DE DADOS	20
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	22
5. SINTESE DAS UNIDADES DE ANÁLISE	30
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
7. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar constitui um dos pilares da economia brasileira, sustentando comunidades rurais e contribuindo de maneira significativa para a produção de alimentos no país (EMBRAPA, 2017). Dentro desse contexto, as mulheres exercem um papel central, embora frequentemente invisibilizado, enfrentando desafios próprios ao mesmo tempo em que atuam diretamente na promoção da segurança alimentar e no fortalecimento do meio rural.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aproximadamente 19 milhões de mulheres estão envolvidas em atividades agrícolas no Brasil, o que corresponde a 31% da força de trabalho no setor. Essa participação expressiva evidencia o protagonismo feminino na agricultura familiar, sobretudo na sustentabilidade das comunidades rurais (IBGE, 2017).

Apesar dessa representatividade, as mulheres do campo enfrentam obstáculos estruturais e sociais significativos. O acesso à terra, por exemplo, permanece desigual: apenas 12,7% das propriedades rurais no Brasil têm mulheres registradas como responsáveis. Esse dado revela não apenas uma limitação material, mas também a ausência de reconhecimento formal do papel das mulheres como agricultoras e lideranças no meio rural. Além disso, a distribuição de recursos no setor agropecuário apresenta desigualdade de gênero, refletida na limitação do acesso ao crédito, à tecnologia e à capacitação (WORLD BANK, 2009).

Tais desigualdades, frequentemente sustentadas por estruturas patriarcais, reforçam a predominância masculina na posse da terra e na tomada de decisões, ao passo que relegam as mulheres a posições secundárias. Ainda assim, as mulheres da agricultura familiar demonstram resiliência e capacidade de transformação. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), “abordar as desigualdades de gênero nos sistemas agroalimentares e empoderar as mulheres reduz a fome, estimula a economia e cria resistência a crises” (FAO, 2023).

Diante desse cenário, o presente trabalho tem como foco compreender as vivências femininas no contexto da agricultura familiar, com ênfase nos municípios de Barra Longa e Mariana, localizados no estado de Minas Gerais. Nesse território, as mulheres se envolvem em diversas atividades no ambiente rural que vão além da mera subsistência, influenciando diretamente a produção local e fortalecendo as comunidades.

A pesquisa parte do seguinte problema: **Como as mulheres significam suas vivências enquanto agentes ativas na agricultura familiar desenvolvida no âmbito de Barra Longa e Mariana– MG?**

Com base nessa indagação, o estudo busca analisar se as mulheres, inseridas em uma estrutura produtiva socialmente influenciada pelo patriarcado, enfrentam desafios ligados a estereótipos e preconceitos de gênero, mesmo estando ativamente envolvidas na produção agrícola.

Para isso, realizou-se uma investigação de campo com mulheres agricultoras dos municípios de Barra Longa e Mariana - MG, visando identificar elementos que revelem como elas constroem novos significados e papéis no ambiente familiar e produtivo. Assim, pode-se perceber se essas mulheres passam de posições tradicionalmente coadjuvantes para lugares de protagonismo na agricultura familiar.

Dessa forma, foram realizadas 20 entrevistas de cunho semiestruturado com mulheres que atuam na agricultura familiar. As agricultoras, sujeitos de pesquisa, são mulheres que atuam na produção agrícola nos municípios de Barra Longa e Mariana - MG. Para encontrar essas mulheres empregou-se a técnica bola de neve e a coleta foi finalizada utilizando do conceito de saturação. Para análise de dados empregou-se a análise de conteúdo de Bardin (2011).

O trabalho respaldou-se, como referencial teórico, em questões referentes ao gênero trazendo aspectos relativos à sua origem e conceituações, perpassando pela divisão sexual do trabalho, a origem da agricultura familiar e o papel da mulher como agricultora. Em termos metodológicos, descreve-se a trajetória da investigação, seguindo, por fim, para apresentação e análise dos dados.

Segundo Santos, Bohn e Almeida (2020), “a atuação das mulheres no meio rural é frequentemente compreendida como mera ajuda, o que contribui para a invisibilidade do trabalho produtivo e reprodutivo por elas desempenhado, revelando desigualdades ainda persistentes no interior das dinâmicas familiares e produtivas do campo”.

Portanto, essa investigação se faz relevante por revisitar na atualidade as relações estabelecidas entre homens e mulheres, tendo como pano de fundo o contexto da agricultura familiar, descortinando as interfaces e singularidades que tais temas apresentam.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ORIGENS E CONCEITUAÇÃO DE GÊNERO

Para entender melhor todo este contexto de divisões dos papéis desempenhados por homens e mulheres, faz-se necessária uma análise mais profunda sobre as questões de gênero e a divisão do trabalho presentes na produção agrícola familiar.

O conceito de gênero, neste contexto, não se refere apenas às diferenças biológicas existentes, mas envolve uma construção social que influencia os papéis, as responsabilidades e as relações de poder que cada um possui. Conforme Lattanzio e Ribeiro (2018), o conceito de gênero surge como uma ferramenta analítica capaz de desconstruir as naturalizações em torno das diferenças sexuais, evidenciando os mecanismos sociais de produção de desigualdades.

O conceito de gênero está atrelado também à forma como os indivíduos são subjetivados dentro das práticas discursivas sociais. Tasso e Navarro (2012) apontam que as identidades são construídas discursivamente e articuladas às relações de poder, o que implica na compreensão de que os papéis sociais de homens e mulheres não são dados, mas produzidos historicamente.

No contexto rural, a aplicação da divisão do trabalho é particularmente evidente. A mesma não apenas restringe as oportunidades das mulheres no campo, mas também perpetua a invisibilidade de suas contribuições. As representações de gênero possuem raízes profundas na estrutura e organização social, refletindo normas e valores culturalmente pré-estabelecidos. Nesse sentido, Macedo *et al.* (2012) argumentam que as relações de gênero na mineração, por exemplo, evidenciam uma estrutura de poder que também se reproduz em outros contextos rurais, onde o trabalho feminino é desvalorizado ou invisibilizado.

Segundo Nobre (1998, p. 5), “quando resgatamos, em uma linha da vida, o desenvolvimento de meninos e meninas, percebemos que, na área rural, eles estão juntos, sem grandes diferenças até por volta dos 5 anos. Depois, as meninas começam a seguir as mães, aprendendo com elas o trabalho doméstico e contribuindo para a realização deste”.

Através dessa diferenciação precoce de gênero no âmbito familiar, que tem início já na infância, estabelece-se uma base para a construção das identidades de homens e mulheres no contexto rural. As meninas, ao acompanhar suas mães nas atividades domésticas, absorvem não apenas habilidades práticas, mas também internalizam normas e valores associados aos papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres na sociedade. Dessa forma, cria-se uma expectativa de que os homens sejam os principais provedores econômicos da família, enquanto as mulheres são designadas para o trabalho na reprodução, incluindo a responsabilidade de ter e criar filhos, bem como cuidar da sobrevivência diária de todos, destacando-se no trabalho doméstico.

É fundamental atentar-se para as representações sociais que permeiam o feminino. Lima (2017, p. 5) destaca que “as representações sociais dirigidas ao feminino, ainda hoje, são marcadas por valores que visam inferiorizar, subjugar e silenciar as possibilidades femininas – seja de conhecer, seja de exercer o poder”. Ressalta-se, assim, a persistência de estereótipos e normas de gênero que limitam o alcance das mulheres no contexto agrícola.

Portanto, torna-se necessário promover uma reflexão sobre as estruturas de poder e os estereótipos de gênero, visando à construção de uma produção agrícola familiar mais inclusiva e equitativa, na qual homens e mulheres tenham acesso igualitário a oportunidades, reconhecimento e participação nas decisões que afetam suas vidas e meios de subsistência.

2.2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Tradicionalmente, a agricultura é descrita como uma esfera predominantemente masculina, onde os homens desempenham papéis de destaque na produção e gestão agrícola, colocando assim a participação das mulheres em segundo plano. As mesmas geralmente ficam responsáveis por funções como o cuidado com os animais, sendo estes de pequeno porte, como aves, porcos e animais domésticos, a produção de alimentos para o consumo diário, incluindo o cultivo de hortaliças, bem como a realização de tarefas domésticas, como limpeza, manutenção da casa, o cuidado com os filhos, o processamento e o preparo dos alimentos para toda a família. Como afirmam Heilborn e Rodrigues (2018), o conceito de gênero permite compreender a maneira como papéis e comportamentos são construídos historicamente e socialmente, sendo atribuídos aos sujeitos de forma naturalizada, o que contribui para a reprodução das desigualdades.

Essa perspectiva evidencia a permanência de uma lógica patriarcal no meio rural, onde a divisão sexual do trabalho é acentuada e raramente questionada. Em muitos casos, o trabalho realizado pelas mulheres sequer é reconhecido como parte integrante da atividade produtiva da propriedade, sendo entendido apenas como uma “ajuda” ao marido ou como extensão de suas atribuições domésticas. Isso contribui para a invisibilidade do trabalho feminino e para a perpetuação de uma cultura em que as mulheres são vistas mais como cuidadoras e reprodutoras do que como produtoras e gestoras de recursos no meio rural.

É notável que, no âmbito das atividades agrícolas familiares, as funções desempenhadas por homens e mulheres são frequentemente permeadas por estereótipos de gênero, onde as mulheres, muitas vezes, são direcionadas para tarefas consideradas tradicionalmente femininas, enquanto os homens assumem responsabilidades relacionadas à tomada de decisão e à gestão da propriedade.

De acordo com Zauli (2015), a construção social dos papéis de gênero tem contribuído para a marginalização das mulheres em espaços de poder e decisão, reforçando um modelo desigual de organização social e econômica, inclusive nas atividades rurais.

Essa desigualdade se reflete, não somente, na baixa presença de mulheres em cargos de liderança, como também no acesso a políticas públicas voltadas para o desenvolvimento agrícola no campo. Ainda que haja avanços em algumas regiões do Brasil, o acesso das mulheres à terra, ao crédito, à assistência técnica e à formação profissional continua sendo limitado. Em geral, os programas e incentivos governamentais são pensados e executados a partir de uma lógica masculina da produção, o que dificulta a inserção plena das mulheres enquanto agricultoras autônomas e donas do seu próprio processo produtivo.

De acordo com Butto (2011, p. 11), “os homens estão associados a atividades econômicas que geram emprego, ocupação e renda, enquanto as mulheres concentram-se em atividades voltadas para o autoconsumo familiar, com baixo grau de obtenção de renda.” Diante disso, é perceptível a existência da segregação de funções, em que as mulheres, na produção agrícola familiar, frequentemente se veem limitadas a atividades de subsistência, caracterizadas por menor visibilidade e retorno financeiro, onde a divisão de papéis não apenas reflete, mas também contribui para a reprodução de desigualdades.

Essa realidade interfere diretamente na autonomia econômica das mulheres do campo, uma vez que a ausência de renda própria ou a concentração de seus esforços em atividades não remuneradas dificulta sua capacidade de tomada de decisão, inclusive dentro da própria família, e contribui para a perpetuação de relações de dependência. Além disso, mesmo quando essas mulheres conseguem gerar algum tipo de excedente comercializável, enfrentam dificuldades em acessar os espaços de comercialização, muitas vezes controlados por homens.

O reconhecimento do trabalho feminino como força produtiva e a sua valorização econômica, política e social requerem mudanças profundas nas mentalidades, nas instituições e nas práticas culturais do meio rural, onde se torna necessário repensar o papel de mulheres agricultoras, não apenas como meras auxiliares dos homens, mas também como agentes centrais no desenvolvimento sustentável das comunidades rurais. De acordo com Nogueira (2013), “considerar as mulheres como sujeitas políticas e econômicas é um passo essencial para romper com os ciclos de invisibilidade e subordinação que ainda persistem em diversas regiões”, principalmente no âmbito rural.

Diante deste contexto, torna-se essencial investir em políticas públicas específicas para as mulheres agricultoras, as quais considerem suas particularidades, suas demandas e suas potencialidades, garantindo as mesmas o acesso à terra, ao crédito, à tecnologia, à educação e à saúde, além de estimular sua participação em espaços decisórios, estes são alguns caminhos para a superação das desigualdades de gênero existentes na agricultura familiar.

2.3 AGRICULTURA FAMILIAR: ORIGEM E CONCEITOS

A agricultura familiar é um modelo de produção agrícola fundamentado na gestão e no trabalho familiar, tendo como uma de suas características a transmissão de conhecimentos entre gerações. Suas origens remontam aos primórdios da agricultura, quando comunidades dependiam da terra para subsistência. No contexto contemporâneo, esse tipo de agricultura destaca-se por ser conduzido por pequenos agricultores, contribuindo significativamente para a segurança alimentar global (EMBRAPA, 2023).

Os princípios da agricultura familiar envolvem a produção diversificada, respeitando o meio ambiente e empregando práticas sustentáveis, como o uso de técnicas agroecológicas. Tais práticas consistem em evitar o uso excessivo de agrotóxicos e pesticidas, optando por métodos como a compostagem, a adubação verde e o controle biológico de pragas. Também se destaca o uso sustentável dos recursos naturais, com atenção constante à conservação da água e do solo. Outra prática comum na agricultura familiar é a integração entre agricultura e pecuária, a qual auxilia na rotação de áreas para pastagem e cultivo, permitindo que o esterco animal seja utilizado como fertilizante nas plantações. Essa integração também possibilita um aumento na renda familiar, uma vez que a produção pecuária pode gerar retorno econômico significativo com a venda de leite, seus derivados e do gado para corte (CI. ORGÂNICOS, 2020; EMBRAPA, 2023).

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, 2018, p. 10), a agricultura familiar pode ser definida como: “um modo de produção agrícola, silvicultura, pesca, pecuária e aquicultura que administra e opera para uma família e que depende predominantemente de trabalho familiar, incluindo homens e mulheres”. Essa definição ressalta a integração existente entre a família, a exploração agrícola e as diversas dimensões que a agricultura familiar abrange. Além de sustentar a segurança alimentar, ela desempenha um papel fundamental na preservação ambiental, na coesão social e na manutenção das tradições culturais.

No âmbito econômico, a agricultura familiar não apenas contribui para o sustento das famílias envolvidas, como também fortalece as economias locais e promove a soberania alimentar (FAO, 2023). Entretanto, desafios como o acesso a crédito, tecnologia e mercados ainda persistem para os agricultores familiares.

O reconhecimento da importância desse setor tem levado ao surgimento de iniciativas governamentais voltadas à promoção de políticas e programas que fortaleçam a agricultura familiar, como, por exemplo, a criação da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Essa legislação representa um marco para o setor agrícola ao estabelecer diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar.

Em conformidade com o artigo 3º desta Lei, na qual definiu-se as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e estabeleceu os critérios para identificação desse público, como:

- Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006, p. 1).

Essa legislação não apenas reconhece, como também busca valorizar e promover a agricultura familiar como um segmento fundamental para o desenvolvimento sustentável do país. Isso ocorre por meio de iniciativas como o estímulo à permanência no meio rural, o apoio à diversificação da produção, o acesso ao crédito e à terra, além da promoção da sustentabilidade, contribuindo para a implementação de políticas públicas mais eficazes direcionadas ao setor agrícola.

2.4 A MULHER NA PRÁTICA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Ao aprofundar um pouco mais no contexto da produção agrícola familiar, é perceptível a presença da mulher nessa prática. Embora marcada por avanços sociais, a atuação feminina ainda se depara com desafios decorrentes de estruturas patriarcais persistentes, nas quais se perpetua a sujeição feminina ao trabalho doméstico — uma realidade contemporânea que se mantém, especialmente no contexto da agricultura familiar brasileira.

Segundo Conde (2012, p. 1), “no campo brasileiro, em se tratando da agricultura familiar, ainda encontramos a mulher agricultora apegada diante do marido e não agente de sua própria vida.”

Diante deste cenário, percebe-se que as mulheres agricultoras muitas vezes se veem subjugadas em relação aos maridos, reproduzindo uma estrutura arcaica que as relega a uma posição de subalternidade, permitindo, dessa forma, que o seu trabalho no meio rural se torne invisível.

Essa invisibilidade do trabalho feminino no campo está atrelada à divisão sexual do trabalho, que atribui às mulheres atividades consideradas extensões do ambiente doméstico, como o cuidado com a casa, a alimentação, os filhos e a pequena criação de animais. Essas tarefas, embora essenciais à manutenção da vida no campo, não são socialmente reconhecidas como trabalho produtivo, o que contribui para a marginalização da contribuição das mulheres à economia rural (SILIPRANDI, 2002). Além disso, essa dinâmica reforça a ideia de que o homem é o “chefe da unidade produtiva”, enquanto a mulher assume um papel auxiliar, mesmo quando realiza atividades agrícolas igualmente complexas e exaustivas.

A partir da década de 1990, com a intensificação dos debates sobre gênero e a valorização dos saberes femininos no campo, passou-se a reconhecer, mesmo que de forma lenta, a relevância da atuação das mulheres na agricultura familiar. Ainda assim, persistem grandes desafios quanto ao acesso à terra, crédito, assistência técnica e participação nos espaços decisórios (NEUMANN; PILLAR, 2020). Muitas vezes, mesmo quando a mulher é responsável direta pela produção, os bens e documentos da propriedade estão em nome do marido, dificultando seu acesso às políticas públicas e à autonomia financeira.

A luta das mulheres agricultoras, portanto, não é apenas por reconhecimento econômico, mas também por justiça social e igualdade de condições. A superação da invisibilidade do trabalho feminino no campo passa pelo fortalecimento das organizações de mulheres, pela criação de políticas públicas específicas e pela desconstrução das normas patriarcais ainda vigentes nas comunidades rurais. Como destacam Heilborn e Sorj (1999), é fundamental compreender o gênero como uma categoria relacional e histórica, capaz de revelar as estruturas de poder que sustentam as desigualdades entre homens e mulheres.

Nesse contexto, reconhecer a centralidade das mulheres na produção de alimentos, na preservação ambiental e na transmissão de saberes tradicionais é essencial para a construção de um modelo de agricultura familiar mais justo, sustentável e igualitário. A emancipação feminina no campo não se resume à inserção econômica, mas envolve o fortalecimento da autonomia, da identidade e da participação ativa das mulheres nos processos que moldam a vida rural.

3. METODOLOGIA

3.1 DELINEAMENTO

Para atender ao objetivo do estudo, a presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, baseada nos relatos da trajetória de vida de mulheres que desempenham um papel ativo na agricultura familiar nos municípios de Barra Longa e Mariana – MG. A abordagem qualitativa permitiu compreender o fenômeno a partir da perspectiva das próprias participantes, reconhecendo a importância de seus contextos, histórias e experiências. Segundo Godoy (1995), nessa abordagem deve-se considerar tudo que estiver relacionado com o universo da pesquisa, uma vez que a compreensão do fenômeno em estudo se deu pela análise das perspectivas das pessoas nele envolvidas, sendo os dados coletados instrumentos fundamentais para a interpretação do desempenho observado.

Em consonância, Martenelli (2020) destacam que a pesquisa qualitativa é especialmente adequada para estudos que envolvem experiências humanas complexas, pois permitem apreender significados subjetivos e interpretar as interações sociais em profundidade. Proetti (2017) acrescenta que esse tipo de investigação busca compreender os significados atribuídos pelos sujeitos à sua realidade, sendo, portanto, essencial em estudos com enfoque social e cultural, como o presente.

Quanto à finalidade, a pesquisa assumiu caráter descritivo ao buscar analisar as vivências femininas na agricultura familiar. Foram abordadas as características dessa população, estabelecendo-se correlações entre suas variáveis e definindo-se sua natureza, conforme preconizado por Vergara (2009). Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 52), “tal pesquisa descritiva observa, registra, analisa e ordena dados sem manipulá-los, ou seja, sem interferência do pesquisador.” A partir dessa perspectiva, o estudo teve como objetivo analisar as experiências de mulheres atuantes na agricultura familiar nos municípios de Barra Longa e Mariana – MG, descrevendo suas rotinas, desafios e percepções.

Assim, a metodologia adotada mostrou-se adequada para explorar os sentidos atribuídos pelas mulheres ao seu trabalho e papel social dentro do contexto rural.

A seguir, tem-se a descrição do processo de coleta de dados.

3.2 COLETA DE DADOS

A obtenção de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas e gravadas, nas quais foram entrevistadas mulheres atuantes na agricultura familiar nos municípios de Barra Longa e Mariana - MG.

A entrevista é o meio para adquirir informações do entrevistado sobre o assunto estabelecido. Sendo estas realizadas de maneira flexível com um roteiro semiestruturado, permitindo que o entrevistador explore as questões de forma autônoma, frequentemente usando perguntas abertas (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A técnica de bola de neve foi empregada para a identificação dos sujeitos de estudo, em que um indivíduo indicava outro interessado em colaborar com a pesquisa. Segundo Sampaio e Lycarião (2021, p.75), a técnica de bola de neve consiste em "coletar e analisar outras unidades que foram citadas ou indicadas pela primeira unidade".

Na coleta de dados, através de entrevistas semiestruturadas, pode-se observar o ponto de saturação, que conforme descrito por Nascimento et al. (2018) considera-se saturada a coleta de dados quando nenhum novo elemento é encontrado e o acréscimo de novas informações deixa de ser necessário, pois não altera a compreensão do fenômeno. As entrevistas foram realizadas entre o período de março a maio de 2025, onde o ponto de saturação foi atingido.

Todas as entrevistas foram feitas individualmente. As informações foram coletadas de forma a manter a identificação das entrevistadas sob sigilo para preservar o anonimato dos sujeitos de pesquisa. O roteiro para condução da entrevista semiestruturada foi elaborado de forma a obter relatos das experiências de mulheres atuantes na agricultura familiar, descrevendo suas rotinas, desafios e percepções.

Quadro 1. Composição do roteiro para entrevistas semiestruturadas com as mulheres agricultoras.

- 1.Qual a sua idade e a sua escolaridade?
 - 2.Conte como é a sua vida como agricultora?
 - 3.Fale sobre a sua vida em família e como essa vivência é importante para o seu trabalho como agricultora?
 - 4.Fale sobre a estrutura da sua família, quantas pessoas são, e o papel que cada um tem na produção agrícola familiar?
 - 5.A produção agrícola familiar, para você, serve apenas para o sustento da família ou para gerar uma renda extra?
 - 6.Quais são os desafios que você, como mulher, enfrenta na produção agrícola em seu município?
 - 7.Quais são as atividades desempenhadas por você na produção agrícola familiar?
 - 8.Você vê diferença nos desafios enfrentados pelos homens e pelas mulheres quando falamos sobre a produção agrícola familiar?
 - 9.Você considera que as mulheres têm crescido e ganhado mais espaço nessa atividade?
 - 10.Existem iniciativas locais ou apoio do governo que incentive a produção e a venda dos produtos agrícolas em seu município?
 - 11.Você considera importante compartilhar sua experiência como mulher na agricultura familiar com o intuito de promover mudanças positivas em sua comunidade?
-

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

A fim de preservar o anonimato das participantes, cada uma das entrevistadas foi identificada por meio de um código alfanumérico (A1, A2, A3, ..., A20), conforme recomendam as boas práticas em pesquisas qualitativas. Esses códigos foram utilizados ao longo da análise para representar as falas e os contextos das mulheres agricultoras entrevistadas.

A Tabela 1, apresentada a seguir, expõe os dados sociodemográficos e informações relativas à atividade agrícola desempenhada pelas participantes da pesquisa. Estão contemplados dados como município de residência, idade, escolaridade, estado civil, existência de filhos e o tipo de atividade agrícola realizada. Esses elementos possibilitam delinear o perfil das mulheres entrevistadas, o que contribui significativamente para a contextualização e aprofundamento da análise dos relatos coletados.

Figura 1 – Identificação dos sujeitos de pesquisa

Entrevistada	Município	Tipo de Atividade Agrícola	Idade	Escolaridade	Estado Civil	Tem filhos
A1	Barra Longa	Hortaliças, milho e feijão	35	Ensino Médio completo	Casada	Sim
A2	Barra Longa	Hortaliças, milho, mandioca e feijão	42	4ª série primária	Casada	Sim
A3	Barra Longa	Gado leiteiro, hortaliças, milho e feijão	19	Ensino Médio completo	Solteira	Não
A4	Barra Longa	Hortaliças, arroz, feijão e café	35	Ensino Médio completo	Casada	Sim
A5	Barra Longa	Arroz, feijão e milho	28	Ensino Médio completo	Solteira	Não
A6	Barra Longa	Café, feijão e mandioca	45	Ensino Médio completo	Solteira	Não
A7	Barra Longa	Feijão, café, milho e hortaliças	43	Ensino Médio completo	Casada	Sim
A8	Barra Longa	Cana-de-açúcar (rapadura) e mandioca(farinha)	49	4ª série primaria	Casada	Sim
A9	Mariana	Feijão, mandioca, milho, hortaliças	45	4ª série primaria	Casada	Sim
A10	Mariana	Banana, mandioca, couve, milho, feijão	50	Ensino Médio completo	Casada	Sim
A11	Mariana	Hortaliças, leite, queijo, galinhas e porcos.	71	2ª série primaria	Viúva	Sim
A12	Mariana	Hortaliças, leite, queijo, galinhas	48	Ensino Médio completo	Casada	Não
A13	Barra Longa	Hortaliças, Doces e queijos artesanais	49	4ª série primária	Casada	Sim
A14	Barra Longa	Hortaliças, milho, feijão e mandioca	31	Fundamental incompleto	Solteira	Não

Entrevistada	Município	Tipo de Atividade Agrícola	Idade	Escolaridade	Estado Civil	Tem filhos
A15	Barra Longa	Queijos, doces, hortaliças, porcos e galinhas	30	Ensino Médio completo	Solteira	Não
A16	Barra Longa	Milho, mandioca, batata e hortaliças	54	Ensino Médio incompleto	Divorciada	Sim
A17	Mariana	Hortaliças, milho e feijão	67	4ª série primária	Casada	Sim
A18	Mariana	Queijos, hortaliças e gado leiteiro	29	Ensino Médio incompleto	Solteira	Não
A19	Barra Longa	Milho, mandioca, banana e feijão	29	Ensino Médio completo	Solteira	Não
A20	Barra Longa	Hortaliças, mandioca, feijão e gado leiteiro	20	Ensino Médio completo	Solteira	Não

Fonte: Sistematizado pelo pesquisador.

Conforme os dados apresentados, todas as participantes estão inseridas em atividades vinculadas à agricultura familiar, destacando-se o cultivo de hortaliças, grãos (como milho e feijão), mandioca, além da produção artesanal de queijos e da criação de animais de pequeno porte. A diversidade de atividades revela o caráter multifuncional da agricultura familiar e a centralidade da mulher nesse sistema de produção.

As idades das entrevistadas variam entre 19 e 71 anos, o que amplia a representatividade do estudo, permitindo o acesso a diferentes perspectivas geracionais. A maioria das participantes possui, no mínimo, o ensino fundamental completo, e, em sua maioria, são casadas e têm filhos, demonstrando como as mulheres conciliam as funções produtivas com responsabilidades sociais e familiares no contexto rural.

Na sequência, descreve-se o processo de análise de dados obtidos com a realização das entrevistas semiestruturadas. A todas as colaboradoras foi esclarecido o objetivo da pesquisa e garantido anonimato.

3.3 PROCESSO DE ANÁLISE DE DADOS

Para a análise dos dados obtidos, adotou-se o método da análise de conteúdo, reconhecido por sua adequação à investigação de dados qualitativos, ou seja, aqueles que não podem ser quantificados. Tal abordagem visa apreender a realidade expressa nas informações fornecidas pelas participantes da pesquisa, valorizando os significados atribuídos por elas às suas experiências.

Entre os principais estudiosos que contribuíram para o desenvolvimento desse método, destaca-se Laurence Bardin, autora da obra “Análise de Conteúdo”. A referida autora define a

análise de conteúdo como um conjunto de técnicas que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos para descrever o conteúdo das mensagens, possibilitando uma interpretação aprofundada dos dados (BARDIN, 2011).

A metodologia proposta por Bardin estrutura-se em três etapas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, seguidos da realização de inferências e interpretações. Esse processo permite compreender, de forma crítica e minuciosa, a comunicação presente nos textos, evidenciando sentidos subjacentes e aspectos implícitos (BARDIN, 2011).

A primeira etapa, denominada pré-análise, tem como finalidade organizar o material a ser examinado, tornando-o acessível e funcional para a pesquisa. Nessa fase inicial, as respostas das mulheres agricultoras às questões propostas constituíram a chamada “leitura flutuante”. Todo o conteúdo das entrevistas foi transcrito e tratado como documento de análise, sendo avaliado com base em sua relevância e significância. A partir desse material, constituiu-se o *corpus* analítico da pesquisa. A preparação desse conteúdo, por meio do tratamento das transcrições, permitiu a sistematização de ideias preliminares, fornecendo subsídios importantes para as etapas subsequentes (BARDIN, 2011).

Com o material devidamente organizado, deu-se início à fase de exploração. Nessa etapa, foram selecionados trechos dos depoimentos que evidenciaram temas relacionados aos objetivos da investigação. Esses fragmentos mostraram-se essenciais para a identificação dos eixos temáticos que nortearam a análise do conteúdo das falas das entrevistadas, sendo considerados como unidades de registro. A categorização dessas unidades foi realizada com base na expressividade das respostas apresentadas pelas participantes, o que possibilitou uma análise coerente e representativa do material coletado.

Na sequência, procedeu-se ao tratamento dos resultados, etapa em que se buscou interpretar, de maneira aprofundada, o conteúdo das entrevistas, a fim de compreender os significados atribuídos pelas mulheres às suas vivências no contexto da agricultura familiar (BARDIN, 2011).

Dessa forma, almeja-se compreender como essas mulheres constroem sentidos sobre suas trajetórias e experiências enquanto agentes ativas no meio rural, com atuação significativa no desenvolvimento da agricultura familiar nos municípios de Barra Longa e Mariana, localizados no estado de Minas Gerais.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Diante do que foi mencionado anteriormente, todos os dados foram transcritos integralmente a partir das entrevistas semiestruturadas realizadas com as mulheres agricultoras, sujeitas desta pesquisa. Esses relatos constituíram os documentos de análise que, após passarem por um processo sistemático de organização e tratamento, conforme os pressupostos metodológicos de Bardin (2011), possibilitaram a identificação das unidades de registro e, posteriormente, a construção dos eixos temáticos da investigação.

As unidades de registro foram definidas a partir da recorrência de termos, expressões e ideias apresentadas pelas participantes em suas falas, refletindo conteúdos significativos para os objetivos do estudo. Após a identificação inicial dessas unidades, foi realizada a categorização por similaridade semântica, ou seja, procedeu-se ao agrupamento das categorias com base em sentidos e significados próximos, considerando-se a coerência textual e a expressividade das falas (BARDIN, 2011).

Esse processo resultou na definição de 9 (nove) unidades de registro principais, que constituem os eixos analíticos da presente pesquisa. A categorização, em consonância com a proposta de Bardin (2011), tem como finalidade evidenciar os sentidos subjacentes às narrativas das entrevistadas, por meio de recortes textuais representativos que iluminam a mensagem central a ser compreendida.

Dessa forma, os eixos temáticos estabelecidos serviram de base para a análise interpretativa das experiências, percepções e desafios vivenciados pelas mulheres no contexto da agricultura familiar. Na seção seguinte, apresenta-se a análise de cada uma dessas categorias, acompanhada por excertos dos discursos das participantes, buscando-se compreender os significados atribuídos por elas à sua atuação no meio rural, bem como as implicações sociais, culturais e econômicas dessa atuação em seus territórios.

As unidades de registro evidenciadas com base na análise semântica categorizada dos dados foram: 1) Acúmulo de funções e sobrecarga de trabalho da mulher agricultora; 2) Desigualdade de gênero e falta de valorização do trabalho feminino; 3) Dificuldade de acesso a políticas públicas e crédito agrícola; 4) Ausência de feiras e canais de comercialização local; 5) Trabalho coletivo e papel da família na agricultura; 6) A produção agrícola como meio de subsistência e geração de renda complementar; 7) Migração dos jovens e desinteresse pelas atividades rurais; 8) Valorização da alimentação saudável e práticas sustentáveis de cultivo; 9) Importância do compartilhamento de experiências como forma de resistência e mobilização.

Os trechos dos relatos de experiência das mulheres agricultoras indicando a categorização descrita estão dispostas a partir do Quadro 2 até o Quadro 10.

Quadro 2. Unidade de Registro 1: Acúmulo de funções e sobrecarga de trabalho da mulher agricultora.

<i>Trechos dos relatos</i>	<i>Sujeitos de pesquisa</i>
<i>“Eu como mãe e esposa, eu cuido também das atividades da casa, trato também das criações, que é porco, galinha, os cachorros, enfim.”</i>	A1
<i>“Eu acordo cedo, daí arrumo a casa, faço café, depois o almoço. Sou responsável por tratar dos porcos, das galinhas e também pelo cultivo das hortaliças.”</i>	A2
<i>“É uma vida mais pesada, com uma rotina cansativa, pois além dos afazeres de casa, lidamos com a criação, o plantio de nossas roças e o cuidado com os filhos.”</i>	A4
<i>“Eu ajudo nos deveres de casa, ajudo na colheita, na produção dos alimentos para o consumo da família e também no preparo do solo.”</i>	A5
<i>“A mulher trabalha em casa, nas coisas de casa, e ainda tem que ajudar o marido na roça.”</i>	A8
<i>“Acordo cedo, dou comida para os bichos, cuido da casa, depois vou para a roça e capino. Quando volto, ainda tem almoço, janta e cuidar da horta.”</i>	A11

Fonte: sistematizado pelo pesquisador

A unidade de registro 1 evidencia a sobreposição de papéis sociais vivenciados pelas mulheres agricultoras, traduzindo-se em um acúmulo de funções e uma sobrecarga física e emocional significativa, onde conciliação entre o trabalho doméstico, o cuidado com os filhos, o manejo das criações e a labuta na roça revelam um cotidiano repleto de múltiplas responsabilidades que, frequentemente, são invisibilizadas socialmente.

Os relatos das participantes, evidenciam que tanto o trabalho produtivo quanto o reprodutivo não se dissociam na vida dessas mulheres, configurando assim uma jornada exaustiva e, muitas vezes, solitária. Observa-se que o apoio familiar, especialmente masculino, em relação as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos é escasso ou inexistente, sendo naturalizado o fato de a mulher "ajudar" o marido na roça e a mesma não receber esta “ajuda” na realização de suas tarefas, como apontado por A8.

Essa percepção reforça as desigualdades de gênero no espaço rural, em que o trabalho feminino é desvalorizado ou considerado complementar, mesmo quando sustenta parte significativa da produção agrícola familiar. Tal realidade confirma o que Heilborn e Rodrigues (2018) apontam sobre a naturalização da divisão de tarefas entre homens e mulheres, que perpetua desigualdades no meio rural. De forma semelhante, Butto (2011) ressalta que as mulheres estão majoritariamente ligadas a atividades de autoconsumo, com baixo retorno financeiro e pouca visibilidade, o que intensifica essa sobrecarga.

Dessa forma, esta unidade de registro denuncia uma realidade marcada pela desigual divisão do trabalho e pela invisibilidade da contribuição feminina no campo.

Quadro 3. Unidade de registro 2: Desigualdade de gênero e falta de valorização do trabalho feminino.

<i>Trechos dos relatos</i>	<i>Sujeitos de pesquisa</i>
<i>“A diferença é que além da mulher ter as funções, que é cuidar de casa, cuidar da comida, cuidar de filhos, ainda temos que contribuir com os homens [...] Então, para a mulher, muitas vezes, se torna mais difícil, porque você tem que trabalhar bem mais do que os homens, e acaba que não somos valorizadas e nem reconhecidas por tudo o que a gente faz.”</i>	A1
<i>“Eu acho que nós mulheres temos uma sobrecarga bem maior, e infelizmente mesmo fazendo tudo isso não temos reconhecimento e não somos valorizadas principalmente como agricultoras.”</i>	A5
<i>“A gente faz mais, mas é reconhecida de menos.”</i>	A7
<i>“Mesmo trabalhando o dia todo, tem gente que acha que a gente só faz comida e limpa casa.”</i>	A18

Fonte: sistematizado pelo pesquisador

A unidade de registro 2 revela de forma clara a persistente desigualdade de gênero vivenciadas por mulheres no contexto da agricultura familiar, marcada pela desvalorização e invisibilidade de seu trabalho.

A entrevistada A1 expõe claramente esse cenário ao afirmar que, além de cumprir as funções tradicionalmente atribuídas às mulheres, como o cuidado com a casa e os filhos, ainda há a exigência de colaborar com o trabalho do marido, ajudando o mesmo no cultivo das plantações, trabalho pelo qual na maioria das vezes não é reconhecido. Essa percepção é reforçada por A5, ao mencionar que mesmo realizando tantas atividades, o trabalho feminino é desconsiderado, especialmente no papel de agricultora, o qual não é reconhecido.

A ausência de reconhecimento se estende também ao imaginário coletivo que restringe o papel da mulher às tarefas domésticas, ignorando sua atuação no espaço produtivo, como mencionado pela entrevistada A18, na qual fala da mesma evidencia uma visão reducionista que apaga o protagonismo feminino no campo, perpetuando estigmas sociais que limitam a identidade das mulheres rurais.

Essa realidade é explicada por Siliprandi (2002), ao afirmar que o trabalho feminino no campo é frequentemente visto como extensão das tarefas domésticas e não como atividade produtiva.

Nogueira (2013), por sua vez, defende que reconhecer a mulher como sujeito político e econômico é essencial para romper os ciclos de subordinação e invisibilidade que ainda predominam no meio rural. Assim, esta unidade de registro revela as desigualdades estruturais que marcam a vida dessas mulheres, cuja luta cotidiana é constantemente silenciada.

Quadro 4. Unidade de registro 3: Dificuldade de acesso a políticas públicas e crédito agrícola

<i>Trechos dos relatos</i>	Sujeitos de pesquisa
<i>“Os desafios são o acesso a crédito limitado, por ser mulher é ainda mais difícil de se conseguir.”</i>	A3
<i>“A gente podia ter acesso a máquinas, os preços dos grãos, dos insumos agrícolas serem mais acessíveis.”</i>	A5
<i>“Nunca recebi orientação técnica nem ajuda para plantar, tive que aprender tudo sozinha.”</i>	A12
<i>“Falta crédito, falta assistência, falta tudo. A gente faz o pode para manter nossa produção.”</i>	A17

Fonte: sistematizado pelo pesquisador

Esta unidade de registro evidencia o quão precário é o acesso a políticas públicas voltadas para a produção agricultura familiar, especialmente no que diz respeito ao crédito agrícola e à assistência técnica, o que torna cada vez mais difícil a autonomia e o fortalecimento deste setor.

A condição de gênero surge como um agravante nesse contexto, criando barreiras adicionais para que essas mulheres sejam atendidas pelas políticas já existentes. A fala da entrevistada A3 ilustra de maneira direta essa exclusão estrutural, onde o seu relato indica que, além das dificuldades comuns no meio rural, as mulheres enfrentam desafios específicos, associados à desigualdade de gênero, os quais as afastam dos recursos necessários para melhorar e até mesmo aumentar sua produção agrícola.

Além da questão do crédito, destaca-se a carência de apoio técnico e estrutural, ocasionados principalmente pela falta de equipamentos, de insumos acessíveis e de orientação especializada, limitando assim a produtividade e consequentemente desestimulando a permanência no campo, conforme apontado por A17, a ausência de incentivos e políticas públicas é generalizada.

De acordo com o World Bank (2009), as mulheres enfrentam desigualdades significativas no acesso a crédito, terra e tecnologia, mesmo quando desempenham papel ativo na produção agrícola.

Quadro 5. Unidade de registro 4: Ausência da realização de feiras e canais de comercialização local.

<i>Trechos dos relatos</i>	Sujeitos de pesquisa
<i>“Não há incentivos como a realização de uma feira onde podemos vender aquilo que produzimos.”</i>	A2
<i>“Gostaríamos muito que a prefeitura promovesse uma feira livre para podermos vender a nossa produção.”</i>	A4
<i>“A gente conta com a feira de Mariana que disponibiliza espaço, mas as condições ainda são difíceis.”</i>	A11
<i>“Quando tem feira, a gente precisa de transporte pra levar as coisas, e isso quase nunca tem.”</i>	A16
<i>“Os produtos da roça são bons, mas sem um ponto de venda, a gente acaba consumindo tudo em casa mesmo.”</i>	A19

Fonte: sistematizado pelo pesquisador

Nesta unidade de registro os relatos evidenciam a fragilidade da comercialização dos produtos da agricultura familiar, especialmente no que se refere à ausência de feiras locais e de canais permanentes para o escoamento da produção.

De acordo com o relato de A11, sendo a mesma pertencente ao município de Mariana-MG mesmo quando há a possibilidade de participação em feiras, as condições precárias dificultam a presença contínua das produtoras na mesma, sendo que estas enfrentam obstáculos logísticos além da falta de incentivos públicos. Diante disso, muitas vezes as agricultoras acabam por consumir sua produção no próprio domicílio, como evidenciado por A19, não por escolha, mas por falta de alternativas viáveis de comercialização, impedindo assim que a produção excedente se converta em uma renda extra.

Portanto o cenário apresentado nesta unidade de registro, contradiz os princípios defendidos pela FAO (2018), que reconhece a agricultura familiar como elemento fundamental para a soberania alimentar e o fortalecimento das economias locais, exigindo para isso a existência de políticas públicas de apoio à comercialização.

A Lei nº 11.326/2006 (BRASIL, 2006), que estabelece diretrizes para a Política Nacional da Agricultura Familiar, também prevê o apoio à comercialização da produção, o que, segundo os relatos, ainda está distante da realidade observada.

Quadro 6. Unidade de registro 5: Trabalho coletivo e papel da família na agricultura

<i>Trechos dos relatos</i>	Sujeitos de pesquisa
<i>“Somos uma família unida, cada um desempenha um papel importante para a produção e o cultivo agrícola.”</i>	A2
<i>“Acredito que essa seja a essência da agricultura familiar, a união, a qual nos permite cultivar o solo com amor e cuidado que ele merece.”</i>	A3
<i>“Nossa família é pequena, mas somos muito unidos. Cada um ajuda do jeito que pode.”</i>	A17
<i>“Aqui é tudo em família, até os pequenos ajudam no cultivo.”</i>	A20

Fonte: sistematizado pelo pesquisador

De acordo com os relatos das entrevistadas, essa unidade destaca a importância da união entre os membros da família, a qual é fundamental para o sucesso das atividades no campo, reforçando a dimensão afetiva e colaborativa presente nas relações de trabalho rural, uma vez que essa prática fortalece os laços familiares ao mesmo tempo em que promove a continuidade das tradições e saberes relacionados ao cultivo da terra.

A noção de cooperação entre os familiares, independentemente da idade ou da função exercida, é evidenciada também nos trechos acima citados, mesmo em famílias pequenas, o esforço conjunto é mobilizado como estratégia para garantir a manutenção da produção agrícola, revelando a importância do envolvimento de todos no processo produtivo.

Essa realidade evidencia claramente a definição da FAO (2018) sobre a agricultura familiar, a qual contempla essa união intergeracional, reconhecendo que a gestão e o trabalho no campo são realizados de forma coletiva.

Além de sua função econômica, o trabalho coletivo no campo assume também um papel simbólico, transmitindo valores como responsabilidade, solidariedade e pertencimento. Essa colaboração entre gerações contribui para a construção de uma identidade familiar vinculada à terra e ao cultivo, aspectos que fortalecem tanto a produção quanto a permanência das próximas gerações no meio rural.

Quadro 7. Unidade de registro 6: A produção agrícola como meio de subsistência e geração de renda complementar

<i>Trechos dos relatos</i>	<i>Sujeitos de pesquisa</i>
<i>“Vendemos parte do leite que produzimos aqui, e temos também a fabricação de queijos.”</i>	A2
<i>“Eu vendo o que planto para comprar o trato para as vacas e galinhas.”</i>	A11
<i>“O que a gente planta é pra nossa mesa, mas quando sobra, a gente vende e compra as coisas que não produzimos aqui.”</i>	A13
<i>“Faço doces com frutas da roça e vendo para complementar a renda.”</i>	A18

Fonte: sistematizado pelo pesquisador

Esta unidade de registro revela o quão importante é a produção agrícola familiar, onde a mesma serve como base de subsistência para as famílias e, simultaneamente, como uma importante fonte de renda complementar, como é o caso de algumas agricultoras que utilizam a venda/comercialização da produção excedente com o intuito de suprir outras necessidades do cotidiano, como a compra de insumos para os animais e produtos não produzidos na propriedade.

A estratégia dessas mulheres em vender o excedente do que se é produzido, revela uma adaptação constante, entre produzir para garantir a segurança alimentar da família e também para aproveitar as oportunidades de gerar uma renda extra. Conforme destacado pela Embrapa (2023) a multifuncionalidade da agricultura familiar, especialmente em relação à produção para autoconsumo e a venda em pequena escala, são elementos que fortalecem a sustentabilidade econômica dessas famílias.

Além disso a venda de produtos como hortaliças, leite e doces caseiros permite à algumas dessas mulheres agricultoras uma certa autonomia econômica, ainda que restrita. De acordo com CI Orgânicos (2020) a diversificação da produção e o processamento artesanal são estratégias eficazes utilizadas por mulheres para garantir renda e valorizar a cultura alimentar local. Portanto, a produção agrícola assume um papel multifuncional, articulando alimentação, renda e resistência no meio rural.

Quadro 8. Unidade de registro 7: Migração dos jovens e desinteresse pelas atividades rurais

<i>Trechos dos relatos</i>	<i>Sujeitos de pesquisa</i>
<i>“Devido ao serviço na área rural ser mais árduo, ser mais pesado, muitas das vezes as pessoas procuram uma facilidade de vida, estudar, se profissionalizar para estar saindo da roça...”</i>	A13
<i>“As mulheres procuram estudar e acabam saindo da zona rural e indo para a cidade procurando melhores condições de vida, já que muitas das vezes o trabalho aqui no campo não é valorizado.”</i>	A15
<i>“As mulheres estão estudando mais, procurando estudar mais, porque na roça aqui é muito difícil, muito pesado, e elas não são incentivadas nesse serviço.”</i>	A17

Fonte: sistematizado pelo pesquisador

Esta unidade de registro evidencia um movimento recorrente entre os jovens do meio rural, especialmente entre as mulheres: a migração em busca de melhores condições de vida e oportunidades fora do campo, uma vez que o trabalho na área rural é constantemente muito árduo, pesado e pouco valorizado, levando assim muitos jovens a optarem pela cidade, seja para estudar, se profissionalizar ou simplesmente escapar das dificuldades enfrentadas na vida rural.

Esse fenômeno revela um descompasso entre as expectativas das novas gerações e a realidade do campo, onde o trabalho pouco reconhecido e com poucas perspectivas de crescimento e estabilidade, geram um certo desinteresse dos mais jovens. Segundo Heilborn e Sorj (1999) as construções sociais de gênero moldam as oportunidades e os caminhos possíveis para mulheres e homens, dificultando assim a permanência feminina no meio rural.

Diante deste cenário, a inexistência de políticas públicas que incentivem a permanência no campo, associada à precariedade de infraestrutura e à invisibilidade das atividades rurais, acabam por contribuir com o enfraquecimento da sucessão rural, esse processo coloca em risco a continuidade da produção agrícola e o fortalecimento das comunidades rurais, ao passo que desvaloriza os saberes tradicionais e o papel desempenhado pelas mulheres no campo.

Quadro 9. Unidade de Registro 8: Valorização da alimentação saudável e práticas sustentáveis de cultivo

<i>Trechos dos relatos</i>	<i>Sujeitos de pesquisa</i>
<i>“A gente até incentiva as pessoas também, porque hoje em dia mesmo está tudo muito industrializado, com muito agrotóxico, muito conservante [...] plantar as coisas para o próprio consumo de forma mais natural é a melhor coisa.”</i>	A2
<i>“É muito bom compartilhar com outras pessoas experiências na agricultura e é prazeroso consumir frutos, verduras e legumes saudáveis sem agrotóxicos.”</i>	A14
<i>“Temos o costume de não usar veneno(agrotóxicos), tudo que colhemos é pra nossa alimentação e a dos vizinhos também.”</i>	A15
<i>“A gente faz questão de plantar sem agrotóxico porque é para nossa saúde e da nossa família.”</i>	A17

Fonte: sistematizado pelo pesquisador

Nesta unidade de registro fica evidente a forte valorização, por parte de mulheres agricultoras, em promover uma alimentação mais saudável alinhada a práticas sustentáveis de cultivo, onde as entrevistadas demonstram uma consciência crítica em relação aos alimentos industrializados e ao uso excessivo de agrotóxicos, destacando a importância de plantar para o próprio consumo como forma de garantir uma alimentação mais natural, segura e que traga benefícios à saúde.

Além da preocupação com o consumo interno, as práticas agrícolas dessas mulheres também são pautadas pela responsabilidade coletiva e pelo cuidado com o outro, de forma que o cultivo sem o uso de agrotóxicos não se limita apenas à saúde da própria família, mas se estende também à comunidade próxima, evidenciando assim um compromisso ético com o bem-estar coletivo e com a preservação do meio ambiente. A CI Orgânicos (2020) reforça a relevância de práticas não industrializadas para a preservação ambiental, a valorização do alimento e o fortalecimento das redes locais de consumo e produção.

Diante disso, essas práticas revelam uma relação de respeito com a terra e com os alimentos nelas produzidos, reforçando assim os princípios defendidos pela Embrapa (2023), que ressalta a importância de técnicas de produção agroecológicas como estratégia de sustentabilidade e saúde no meio rural.

Quadro 10. Unidade de Registro 9: Importância do compartilhamento de experiências como forma de resistência e mobilização

<i>Trechos dos relatos</i>	Sujeitos de pesquisa
<i>“Acho importante contar a nossa história. A gente é exemplo pra outras mulheres.”</i>	A13
<i>“Assim podemos incentivar outras pessoas a olhar de forma diferente para a agricultura familiar, trazendo talvez assim mais reconhecimento e valorização...”</i>	A15
<i>“Tem mulher que acha que não consegue, mas se ouvir a gente contando, ela vê que é possível.”</i>	A19
<i>“Eu acho muito importante compartilhar essas experiências para que seja um movimento com mais força, que ganhe mais visibilidade.”</i>	A20

Fonte: sistematizado pelo pesquisador

Esta unidade de registro destaca a importância do compartilhamento de experiências entre mulheres agricultoras como estratégia de resistência, fortalecimento coletivo e valorização da produção agrícola familiar, uma vez que ao narrarem suas trajetórias de vida e de trabalho no campo não apenas pode há vir contribuir para o reconhecimento social do papel da mulher na agricultura, como também pode inspirar outras mulheres a se sentirem mais capazes tornando-se protagonistas de suas próprias histórias.

O ato de narrar e compartilhar suas experiências permite que essas mulheres se fortaleçam enquanto grupo social ativo, como afirmam Tasso e Navarro (2012), ao destacar que os discursos moldam identidades. Heilborn e Sorj (1999) complementam, argumentando que compreender o gênero como construção histórica é essencial para romper silêncios e promover mobilização.

Além disso, esse processo de troca e escuta causam o fortalecimento das redes de solidariedade, criando um sentimento de pertencimento ao mesmo tempo que se constrói movimentos mais coesos e visíveis. Scott (1990) afirma que, ao narrar suas experiências e dar visibilidade às suas trajetórias, as mulheres tornam-se agentes de mudança, questionando as estruturas patriarcais e construindo novas formas de resistência social e política.

5. SÍNTESE DAS UNIDADES DE ANÁLISE

A Figura a seguir sintetiza as correlações encontradas através das unidades de registro.



Figura 2. Interações e desafios na vivência feminina na agricultura familiar praticada em Mariana e Barra Longa -MG.

Fonte: sistematizado pelo pesquisador

Observa-se na figura acima que a atuação de mulheres como agricultoras é marcada por três dimensões centrais, que são elas: o trabalho na agricultura familiar, as desigualdades de gênero e a resistência e práticas sustentáveis. Esses eixos não se apresentam de maneira isolada, se conectam, revelando uma vivência marcada por sobrecarga, exclusão e, simultaneamente, por formas de resistência e protagonismo feminino.

O trabalho dessas mulheres na agricultura familiar é constantemente marcado por uma profunda divisão sexual do trabalho, que historicamente atribui às mulheres as tarefas de cuidado – seja estes com a casa, os filhos – e, ao mesmo tempo, as atividades produtivas no campo, onde essa dupla ou até tripla jornada é muitas vezes invisibilizada e naturalizada como apenas uma extensão de suas "obrigações" enquanto mulheres.

Este processo acaba por acarretar a falta remuneração e de reconhecimento de grande parte das contribuições dessas mulheres, sejam elas econômicas ou sociais, perpetuando assim uma lógica patriarcal que inferioriza o trabalho feminino e o associa à esfera doméstica.

A interseção entre os eixos “o papel na agricultura familiar” e as “desigualdades de gênero” escancaram os efeitos dessa divisão, sendo marcado pela: desvalorização do trabalho feminino, dificuldade de acesso a políticas públicas, assistência técnica e crédito, além da sobrecarga acentuada de trabalho, a qual é causada pela migração dos jovens, principalmente mulheres que frequentemente abandonam o campo em busca de novas oportunidades nas cidades.

Essa realidade gera um ciclo de precarização, no qual as mulheres que permanecem na zona rural enfrentam desafios estruturais agravados, sendo obrigadas a assumir ainda mais responsabilidades sem o devido apoio institucional ou comunitário.

Contudo, a figura evidencia também que, mesmo diante deste cenário adverso, as mulheres constroem formas potentes de resistência e reinvenção, onde a valorização da alimentação saudável, o cultivo agroecológico, o compartilhamento de saberes e a gestão coletiva do tempo e do trabalho surgem como estratégias que desafiam a lógica patriarcal e produtivista dominante.

Essas práticas, muitas vezes, lideradas por mulheres, não apenas garantem a sustentabilidade ambiental e alimentar, como também se configuram como formas de empoderamento coletivo, fortalecendo redes de solidariedade, autonomia e pertencimento.

Portanto, mais do que apenas descrever uma realidade de desigualdades, a figura nos convida a reconhecer o papel central das mulheres na manutenção da vida no campo. Onde a sua atuação evidencia que, mesmo diante da divisão sexual do trabalho que impõe limites e desigualdades, elas não se restringem a um papel passivo, pois mobilizam saberes, práticas e estratégias que não apenas garantem a reprodução da vida, mas apontam para caminhos transformadores para o meio rural.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como norte a pergunta de pesquisa — *"Como as mulheres significam suas vivências enquanto agentes ativas na agricultura familiar desenvolvida no âmbito de Barra Longa e Mariana-MG?"* — se torna nítido que as mulheres atuantes na agricultura familiar nestes municípios enfrentam não apenas a sobrecarga física do trabalho no campo, mas também o peso simbólico de uma estrutura social que insiste em torná-las invisíveis. As falas das entrevistadas revelam uma realidade marcada por acúmulo de funções, baixa valorização de seu trabalho e ausência de políticas públicas eficazes que atendam às suas reais necessidades enquanto mulheres, trabalhadoras e cidadãs do campo.

A complexidade da temática tratada neste trabalho evidencia que a mulher agricultora não é apenas aquela que planta e colhe, ela também é mãe, companheira, cuidadora, administradora do lar, produtora de alimentos e transmissora de saberes. Sua atuação se estende entre o espaço doméstico e o produtivo, sem que, na maioria das vezes, qualquer um desses seja reconhecido de forma clara.

A agricultura familiar, ainda hoje, permanece fortemente marcada por padrões patriarcais, que naturalizam a desigual divisão do trabalho e a exclusão das mulheres nos processos de decisão e de sucessão no meio rural.

Com base nos relatos compartilhados pelas entrevistadas, é perceptível a resistência silenciosa — e, por vezes, solitária — dessas mulheres frente às desigualdades impostas, as mesmas continuam produzindo, cuidando, nutrindo e resistindo, mesmo quando lhes faltam incentivos, quando a juventude migra em busca de melhores oportunidades ou quando suas práticas sustentáveis são desconsideradas frente à lógica da produção em larga escala. Em meio a esse cenário, o cultivo da terra se entrelaça ao cultivo de vínculos, saberes e valores que sustentam não apenas suas famílias, mas também suas comunidades.

A ausência de feiras, de assistência técnica, de acesso ao crédito e de apoio governamental adequado evidencia o abismo entre o que é necessário para garantir a permanência da mulher no campo e aquilo que lhe é ofertado institucionalmente. Tal como ocorre em outros espaços sociais, o reconhecimento das mulheres agricultoras parece estar sempre condicionado ao sacrifício, à persistência e à resistência.

Apesar das adversidades encontradas, o estudo também revelou práticas de resistência que brotam da coletividade, da solidariedade entre as mulheres e da valorização de modos de vida mais saudáveis e sustentáveis. Compartilhar experiências, manter práticas agroecológicas e preservar o conhecimento tradicional tornam-se ferramentas de fortalecimento identitário e político, que, embora sutis, têm um poder transformador.

Portanto, para além das estatísticas e dos discursos institucionais, é preciso ouvir, visibilizar e considerar as múltiplas vozes dessas mulheres. É urgentemente necessário construir políticas públicas que respeitem suas especificidades, promovam sua autonomia e garantam condições dignas de vida e de trabalho. Reconhecer o protagonismo das mulheres na agricultura familiar não é apenas uma questão de justiça, mas um passo determinante para a sobrevivência do modo de vida rural.

7. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 10., 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 25 jul. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 23 jul. 2025.

BUTTO, D. L. **A inserção das mulheres nas organizações rurais**: um estudo de caso da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé – COOXUPÉ. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

CI. ORGÂNICOS. **O que é agricultura familiar?** 2020. Disponível em: <https://ci-organicos.com.br/o-que-e-agricultura-familiar/>. Acesso em: 23 jul. 2025.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 71–99, jul./dez. 1990.

CONDE, M. A. B. Mulher agricultora: invisibilidade e subalternidade no campo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 1, 2012.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Agricultura familiar**. Brasília: Embrapa, 2023. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar>>. Acesso em: 23 jul. 2025.

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Family Farming Knowledge Platform**. Rome: FAO, 2023. Disponível em: <<https://www.fao.org/family-farming/home/en/>>. Acesso em: 23 jul. 2025.

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. **The State of Food and Agriculture 2018: Migration, Agriculture and Rural Development**. Rome: FAO, 2018. Disponível em: <<https://www.fao.org/publications/sofa/2018/en/>>. Acesso em: 23 jul. 2025.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57–63, abr./jun. 1995.

HEILBORN, M. L.; RODRIGUES, C. Gênero: breve história de um conceito. Aprender – **Cadernos de Filosofia e Psicologia da Educação**, Vitória da Conquista, ano XII, n. 20, p. 9–21, jul./dez. 2018.

HEILBORN, M. L.; SORJ, B. **Gênero e ciência**: a mulher na divisão sexual do trabalho científico. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE (2017). Disponível em: (<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html>). Acesso em 26/11/2023.

LATTANZIO, F. F.; RIBEIRO, P. C. N. Nascimento e primeiros desenvolvimentos do conceito de gênero. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 409–425, set./dez. 2018.

LIMA, F. M. A. **Trabalho, gênero e território**: mulheres agricultoras familiares e políticas públicas em contextos de reconversão produtiva. 2017. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MACEDO, F. M. F. et al. Relações de gênero e subjetividade na mineração. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, art. 3, p. 217–236, mar./abr. 2012.

MARTENELLI, L. A. R. et al. Pesquisa qualitativa: um olhar sobre a complexidade das relações humanas. **Brazilian Applied Science Review**, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 468–477, 2020.

NASCIMENTO, L. C. N. et al. Saturação teórica em pesquisa qualitativa: relato de experiência na entrevista com escolares. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 71, n. 1, p. 228–233, fev. 2018.

NEUMANN, P. S.; PILLAR, A. D. P. Mulheres na agricultura familiar e políticas públicas: desafios e possibilidades. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 23, n. 1, p. 92–112, 2020.

NOBRE, M. Trabalho feminino rural: novas abordagens. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, Vitória da Conquista, v. 1, n. 3, p. 1–14, 1998.

NOGUEIRA, Maria Auxiliadora. **Gênero, trabalho e agricultura familiar: um estudo sobre o reconhecimento do trabalho da mulher rural**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PROETTI, S. As pesquisas qualitativas e quantitativas como método de investigação científica: um estudo comparativo e objetivo. **Revista Lumen**, n. 4, v. 2, 2017.

SAMPAIO, R. C.; LYCARIÃO, D. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2021. ISBN 978-65-87791-18-0.

SANTOS, J. B.; BOHN, L.; ALMEIDA, H. J. F. O papel da mulher na agricultura familiar de Concórdia (SC): o tempo de trabalho entre atividades produtivas e reprodutivas. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 82–100, 2020.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

TASSO, I.; NAVARRO, P. (orgs.). **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas** [online]. Maringá: Eduem, 2012. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/jvgg3>. Acesso em: 23 jul. 2025.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2009.

ZAULI, A. **Reflexões sobre diversidade e gênero**. Brasília: Edições Câmara, Centro de Documentação e Informação, 2015.